CONTAB
JC CONTABILIDADE

Porto Alegre, quarta-feira, 4 de novembro de 2026 | Ano 25 - nº 7 | Jornal do Comércio

ITAMA AGUIAR/PAL?CIO PIRATINIDIVULGA??O/JC



Reforma exigirá uma transformação na atuação dos fiscos, que precisarão trabalhar de forma coordenada durante o período de convivência entre os sistemas tributários

REPORTAGEM

Fiscalização tributária exigirá maior cooperação entre os fiscos

OSNI MACHADO
osni.machado@jornaldocomercio.com.br

A possibilidade de ampliar de cerca de 1,3 milhão para até 10 milhões o universo de contribuintes sob fiscalização no Rio Grande do Sul dimensiona o desafio operacional imposto pela reforma tributária às administrações públicas. A transição exigirá novas estratégias de fiscalização, integração de sistemas e cooperação entre União, estados e municípios. Essas questões estiveram em debate no XII Fórum da Administração Tributária, promovido em Porto Alegre pela Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Estadual do Rio Grande do Sul (Afisvec), em parceria com a Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre (Aiamu).

Um dos temas discutidos foi a experiência paraguaia na administração tributária. A proximidade geográfica com o Rio Grande do Sul e a presença de empresas brasileiras no país vizinho despertam o interesse pelas medidas adotadas para estimular o desenvolvimento econômico.

Para o presidente da Afisvec, Marcelo Ramos de Mello, a análise de experiências internacionais pode contribuir para adaptar as estruturas brasileiras ao novo modelo de tributação sobre o consumo. "Buscamos compreender as medidas adotadas pelo Paraguai que impulsionaram o seu desenvolvimento extraordinário e atraíram diversas empresas brasileiras", afirma. O debate também considerou o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), referência internacional para sistemas de tributação sobre o consumo, e sua relação com o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), instituídos pela reforma brasileira.

A mudança exigirá uma transformação na atuação dos fiscos, que precisarão trabalhar de forma coordenada durante a convivência entre os sistemas tributários. "Os auditores fiscais das três esferas precisarão trocar o chip e adotar uma postura de trabalho cooperativo em rede", afirma Mello.

A estimativa de expansão da base potencial de fiscalização considera que o Estado administra atualmente cerca de 300 mil contribuintes do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), número que chega a 1 milhão quando somados os produtores rurais. A incorporação de outros segmentos, incluindo contribuintes do Imposto sobre Serviços (ISS), pessoas físicas e empresas de outros estados que vendem para o Rio Grande do Sul, poderá elevar esse universo a 10 milhões, conforme projeção apresentada pelo dirigente.

A ampliação reforça a necessidade de avaliar o quadro de pessoal, a estrutura administrativa e a realização de concursos públicos. O trabalho também deverá considerar a convivência entre os sistemas tributários durante a transição, prevista até 2032, sem interromper fiscalizações e cobranças de períodos anteriores relativas, por exemplo, ao ICMS e ao ISS.

A integração tecnológica será indispensável para coordenar procedimentos e compartilhar informações entre a Receita Federal e os fiscos estaduais e municipais. A organização das atividades dependerá também da capacidade administrativa de cada município. Na avaliação de Mello, cidades menores poderão recorrer à estrutura estadual, mediante delegação, enquanto municípios de porte intermediário poderão formar consórcios tributários. Os maiores tendem a manter estruturas próprias, coordenadas com a Receita Estadual. No Rio Grande do Sul, a estimativa apresentada pelo dirigente é de aproximadamente 20 municípios nessa condição.

Outra mudança envolve a transferência da arrecadação da origem para o destino e o encerramento dos benefícios fiscais vinculados ao modelo atual. Com a tributação direcionada ao local de consumo, estados e municípios terão menos espaço para utilizar incentivos na atração de investimentos. Para Mello, o cenário exigirá outras estratégias de desenvolvimento, com maior utilização de instrumentos orçamentários e políticas públicas voltadas à atividade econômica e à geração de empregos.

LEIA MAIS NA PÁGINA 3